

VALOR ECONÔMICO*Economia Brasil* 11.4.2003

Prioridade número 1 do governo é reduzir relação dívida líquida/PIB

Claudia Safatle
De Brasília

Em amplo documento sobre "Política Econômica e Reformas Estruturais", de 95 páginas, divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda, o governo definiu como seu "primeiro compromisso" a redução da dívida líquida do setor público como proporção do Produto Interno Bruto; anunciou uma importante mudança na concepção da política fiscal, introduzindo mecanismos contracíclicos para que, nas fases de crescimento da economia, o governo faça uma poupança (através de maior superávit primário) para gastar nos tempos de vacas magras; apontou como necessário o aprofundamento da abertura da economia, como forma de torná-la menos vulnerável a choques externos; e delineou as premissas do que seria uma política industrial.

Uma nova política industrial terá como critérios "a transparência dos custos envolvidos e do retorno que a economia do país poderá receber; e deve ser orientada apela cobrança de desempenho e metas publicamente fixadas, com prazos previamente definidos, e transparente à opinião pública". Para dar competitividade à indústria o país precisa, segundo o texto articular as políticas comercial e tecnológica, combinar políticas horizontais voltadas para o mercado interno com as verticais, voltadas para a capacitação tecnológica, e estimular as empresas à se adaptarem às novas tecnologias.

O volume de comércio ainda é relativamente pequeno em comparação aos demais países. Nos anos 90, o grau de abertura da economia correspondia a 14% do PIB, enquanto que os países latino-americanos, exceto a Argen-

tina, apresentavam volume de comércio exterior acima de 25% do PIB. "O reduzido grau de abertura da economia brasileira implica uma baixa elasticidade dos saldos comerciais em relação à taxa real de câmbio e, dessa forma, acaba contribuindo também para a elevação da nossa vulnerabilidade externa", diz o texto, deixando antever um aprofundamento da abertura via revisão tarifária.

O documento reitera a absoluta necessidade das reformas estruturais — da previdência social, tributária, a autonomia operacional do Banco Central — assim como a urgência da construção de um mercado de crédito, seja para os grandes tomadores de recursos, seja para cooperativas e microcrédito. Sem esse conjunto de providências, associadas a uma política fiscal sólida e ao ajuste externo, não haverá condições para o crescimento sustentado com distribuição da renda.

"A retomada do crescimento em bases sustentáveis requer ainda que sejam adotadas políticas específicas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, de redução dos incentivos à informalidade, de redução dos custos de logística e transportes, de unificação e coordenação das políticas de comércio exterior, e de retomada nos investimentos em infraestrutura", sintetiza o documento.

Para sair da armadilha do elevado endividamento público, que trava o crescimento econômico, será preciso uma política fiscal sólida de longo prazo e esta torna "imprescindíveis" as reformas. A da previdência "é fundamental para assegurar o direito à aposentadoria, inevitavelmente comprometida em um sistema desequilibrado". Para se ter uma idéia do problema da previdência do setor público, mesmo que o governo contribuísse com o dobro da contribuição dos seus servidores, o déficit ainda seria de R\$ 40 bi-

lhões. As bases da reforma, segundo o documento, está na Carta de Brasília, assinada pelo presidente da República e os 27 governadores, inclusive reiterando a contribuição dos inativos.

O sistema tributário "é extremamente complexo e distorcivo", analisa o texto do Ministério da Fazenda, que condena a cumulatividade das contribuições e critica a concessão de benefícios tributários que neste ano devem consumir R\$ 23,96 bilhões e que nem sempre se justificam, o excessivo peso contributivo sobre a folha de salários e a legislação do ICMS.

O documento defende a adoção da Lei de Responsabilidade Monetária, que abarcaria a autonomia operacional do Banco Central, como mecanismo para "consolidar o profundo ajuste fiscal proposto" e esta deixaria claro que o objetivo central do BC é buscar a estabilidade de preços.

O crédito total no país representa apenas 23% do PIB (tanto a parcela livre quanto a direcionada). No Chile ele corresponde a 68% do PIB, na Coreia, a 102%. Além de escasso, é caro. No pacote de medidas para estimular o mercado de crédito e reduzir o spread bancário, o ministério reitera a necessidade da Lei de Falências — cuja função seria mais ampla, na medida que seria focada na preservação da empresa e do emprego da companhia em estado falimentar — a lei fiduciária, a Cédula de Crédito Bancário e de Crédito Imobiliário — ambas criadas por medidas provisórias ainda não votadas. Ou seja, um conjunto de instrumentos que tornaria mais segura a execução das garantias em casos de inadimplência do tomador de crédito.

O crédito é caro por três razões: a cunha fiscal — que deverá ser discutida no âmbito da reforma tributária; a estimativa de inadimplência e a

demora no recebimento das garantias, quando estas existem — o que pode ser equacionado com as medidas citadas acima; e o custo administrativo e margem líquida dos intermediários financeiros, assunto para ser abordado no âmbito da defesa da concorrência. Na política de crédito, o governo ressalta a importância de dar impulso maior ao microcrédito, às cooperativas e do uso dos correspondentes bancários como canais de acesso dos mais pobres ao mercado de crédito.

"A compatibilização da política macroeconômica com as reformas institucionais que estimulem a retomada dos investimentos públicos e privados e a geração de empregos com políticas sociais eficazes no combate à desigualdade é o eixo central da política econômica do governo: estabilidade econômica, com retomada do crescimento em bases sustentáveis e maior justiça social", sintetiza o documento, que pretende dar um norte sistematizado da política econômica em seus mais diversos aspectos, para os quatro anos do governo do PT.

O texto, que abarca nas questões macroeconômicas, micro-econômicas e institucionais, numa visão analítica e conceitual, menciona, também, a postura do governo em relação às agências reguladoras. "Deve-se distinguir o papel do governo de definição das regras de política nesses setores — do papel das agências — de gestão da política definida pelo governo." O objetivo é ter regras estáveis, para viabilizar os investimentos nas áreas de energia e telecomunicações e a oferta desses serviços à população, "sem interferências discricionárias de curto prazo".

A íntegra do documento está no site www.fazenda.gov.br